

# **EFICIENTISMO: NOMEANDO AS TAIS BARREIRAS INVISÍVEIS PRESENTES NA VIDA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Patrícia Monteiro Lacerda\*

**Resumo:** Uma campanha iniciada ano passado, na Inglaterra, pelos direitos das pessoas com deficiência trouxe a tona o conceito de disablism (deficientismo) definido como ‘discriminação, opressão ou comportamento abusivo advindo da crença de que as pessoas com deficiência são inferiores às outras’. Neste artigo discutimos algumas estratégias discursivas que vêm sendo empregadas para re-inventar o lugar social das pessoas com deficiência, tentando entender que efeitos essas estratégias podem trazer para as práticas pedagógicas brasileiras.

**Palavras-chave:** pessoas com deficiência, preconceito e práticas discursivas.

Um enunciado comum no discurso das pessoas com deficiência é que as piores barreiras, aquelas que realmente emperram suas vidas, não são as físicas e sim as invisíveis. ‘Constituem-se barreiras visíveis todos os impedimentos concretos, entendidos como a falta de acessibilidade dos espaços. As invisíveis compõem a forma como as pessoas são vistas pela sociedade, na maior parte das vezes representadas pelas suas deficiências e não pelas suas potencialidades’ ( PRADO, 1997).

Esse não é um problema circunscrito ao espaço nacional. Prova disso é a grande campanha *Time to get equal*<sup>1</sup> (Hora de ser igual) que está em curso atualmente na Inglaterra sob coordenação da organização não-governamental Scope. Entre as várias estratégias utilizadas na campanha está a publicação de um estudo intitulado *Disablism* - como atacar o último preconceito (MILLER at alli, 2004). Talvez o aspecto mais importante do estudo não sejam os dados e as recomendações, mas sim a institucionalização de um termo-metáfora que carrega em si uma bandeira de luta. A definição proposta para *disablism* é: discriminação, opressão ou comportamento abusivo advindo da crença de que as pessoas com deficiência são inferiores às outras, e completa, entre parênteses – ‘embora você não vá achar essa definição no dicionário’.

O nome pode ser novo, mas o fenômeno não é. Ele é apenas mais uma das faces do mesmo fenômeno humano de ódio<sup>2</sup> pela figura do ‘outro’, ou, mais especificamente, da recusa do outro. As manifestações da recusa [racista] do outro são descritas por Michel Wieviorka (1993 apud Skliar 2004:75-76) como: o preconceito, a segregação, a discriminação e a violência.

O preconceito é uma forma de proteger os privilégios de um grupo dominante através da defesa de uma identidade coletiva e ou comunitária considerada apropriada. A segregação é o confinamento do ‘outro’ a seu espaço ‘próprio’ sem que ele possa abandoná-lo quando bem quiser. A discriminação é um tipo de tratamento que consiste na diminuição, na redução do ‘outro’ na relação e, a partir daí, na fixação deste ‘outro diminuído’ numa única maneira de se pensar, de se perceber, de se julgar, de se nomear, etc. E, por último, a violência que seria tornar intencionais e explícitas as três expressões anteriores.

É disso mesmo que trata o disablism - cuja tradução mais literal pode ser deficientismo<sup>3</sup>: preconceito, segregação, discriminação e violência. Opta-se, neste texto, pela versão em português do termo ablism<sup>4</sup>, que seria equivalente a efficientismo. Essa preferência também é assumida por outros autores da área (LINTON, 1998 e GAVIN, 2003) que consideram ablism mais acurado por se referir ao aspecto mais genérico da idéia de 'eficiência humana', tal como racismo se refere à raça e sexismo a gênero.

Mas você pode se perguntar: até que ponto nomear um fenômeno existente é relevante? Que tipo de influência isso pode ter na vida concreta das pessoas? Podemos mudar os comportamentos através da criação de novas palavras?

A idéia do presente artigo é justamente refletir sobre as questões que estão imbricadas na criação desse novo artefato político-discursivo e pensar possíveis efeitos que ele pode ter nas práticas pedagógicas brasileiras.

### **Tornar visível para transformar**

A primeira questão a ressaltar é que para combater o fascismo é preciso mostrar as evidências de que ele existe e também demonstrar os processos de sua produção. Só assim os grupos subjugados construirão argumentos capazes de perfurar as pequenas mesquinhas cotidianas que ajudam a produzir tantos infernos evitáveis.

Pois bem, quais são as evidências de que as pessoas com deficiência são alvo de opressão e injustiça?

No período atual - caracterizado como pós-modernidade por uns ou como modernidade tardia por outros -, os ideais abstratos de igualdade, liberdade e fraternidade, passam por processos de ressignificação diante da realidade global de desigualdade e exclusão, mesmo em países democráticos.

A própria idéia de justiça se complexifica e a luta pela redistribuição de bens materiais entre grupos e classes sociais passa a ser atravessada pelas lutas por reconhecimento de formas não hegemônicas de existir, ou seja, pelo direito às diferenças de credo,

opção sexual, lingüísticas, raciais e outras, sem que isso implique discriminação. A dimensão cultural da justiça social passa a ser então objeto de atenção.

Nancy Fraser (2001) vai chamar a atenção para os dilemas vividos pelo que ela denomina comunidades ambivalentes, isto é, grupos sociais que sofrem simultaneamente injustiças materiais e simbólicas. A autora cita como exemplos de coletividades ambivalentes as minorias étnicas, raciais e as mulheres, que são discriminadas por seus atributos identitários e subjugadas economicamente.

Uma forma de demonstrar injustiças e pautar políticas equalizadoras se dá quando são apresentados estudos válidos que identifiquem e analisem a situação de grupos específicos no bojo da sociedade. Assim as estatísticas são o grande argumento de prestígio da racionalidade em que vivemos. Pois bem, a produção de dados sobre a deficiência só agora começa a ser uma preocupação dos institutos de pesquisa nacionais, como atesta o próprio presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes:

Embora o Brasil tenha incluído perguntas sobre deficiência desde o primeiro censo, em 1872, ficou boa parte do século passado sem buscar novos dados, uma interrupção encerrada em 1991. ‘Ficamos 50 anos sem pesquisa e agora ela é feita de dez em dez anos. As informações que temos ainda são insuficientes. Para avaliarmos as políticas públicas precisamos de informações periódicas, a principal dificuldade para fazer levantamentos sistemáticos não é orçamentária, mas de qualificação’. (A TARDE ON LINE, 19/09/2005).

Ao problema de qualificação, referido por Nunes, soma-se a preocupação de Marcelo Medeiros (2005) sobre a necessidade de ‘criar uma cultura’ para incluir perguntas sobre deficiência ao lado das tradicionais perguntas sobre idade ou sexo, e também nos questionários de avaliação de escolas: “Necessitamos criar uma cultura para inserir, por exemplo, perguntas sobre a inclusão nas escolas, do mesmo modo que perguntamos sobre bibliotecas, número de professores, etc.”

Parece que as condições de invisibilidade das pessoas com deficiência estão instaladas também na produção dos saberes legitimadores, uma vez que a qualificação e a mudança cultural são os principais obstáculos citados por estatísticos para a inclusão de perguntas sobre deficiência nos censos e estudos sobre a população. Esses obstáculos nos remetem ao que vem sendo apontado como uma desqualificação não só dos sujeitos com deficiência, como também da própria representação teórica que se tem da questão (DAVIS, 1995 e SKLIAR, 2002).

Na tentativa de preencher essa lacuna, a equipe de Discapacidad y Desarrollo Inclusivo, Región de Latinoamérica y El Caribe, do Banco Mundial, vem coordenando estudos que demonstram que há uma correlação forte entre deficiência, pobreza e invisibilidade social, de forma não somente a sobrepôr as injustiças econômicas, sociais e culturais mas principalmente a formar ciclos de retroalimentação e perpetuação dessas relações.

No mundo todo, a deficiência afeta a pelo menos 600 milhões de pessoas, das quais 400 milhões habitam os países em vias de desenvolvimento. 80% das pessoas com deficiência e 87% das crianças com deficiência vivem em países do hemisfério sul. Na América Latina e Caribe estima-se que vivam, pelo menos, 79 milhões de pessoas com deficiência, sendo que 82 % destas são pessoas consideradas pobres. No Brasil o censo de 2000 apurou a existência de cerca de 24,5 milhões de pessoas com algum grau de deficiência, ou seja, 14,5% da população. (BIELER (org), 2004).

A pobreza predispõe às doenças, ao atendimento médico precário e à falta de segurança, que favorecem à aquisição da deficiência. Por seu turno, a deficiência exige uma série de serviços específicos, ajuda ao profissional multidisciplinar e materiais adaptados, que oneram o orçamento de quem tem deficiência predispondo-o e à sua família a uma mobilidade social descendente.

Com relação à educação, somente entre 20% e 30% dos meninos e meninas com deficiência estão na escola na América Latina e Caribe. As causas desse índice baixíssimo estão na grave falta de serviços

essenciais para acesso escolar, tais como: transporte adequado, professores capacitados, materiais didáticos e infra-estrutura escolar adaptada. “Além desses obstáculos evidentes, as barreiras psicológicas e o estigma social adicionam mais problemas que impedem os alunos com deficiência de obter uma educação inclusiva de qualidade” (BIELER, 2004).

A baixa escolaridade e a conseqüente falta de qualificação para o trabalho ajudam a manter a correlação pobreza-deficiência: “A pobreza e a deficiência podem formar um círculo vicioso, difícil de romper, onde as condições de pobreza aumentam a deficiência e, quando não se atendem as necessidades de maneira integrada, a deficiência aumenta a pobreza” (BIELER, 2004).

Parece claro então que as pessoas com deficiência se encaixam na categoria de comunidade ambivalente (FRASER, 2001) submetidas a condições materiais e simbólicas desvantajosas. Essa situação, somada à desqualificação teórica e política da questão, conforma o “ciclo de invisibilidade” que se reproduz na seguinte lógica: a) há pessoas com deficiência ‘escondidas no quarto de trás’, isto é, que não conseguem sair de casa e portanto não são vistas pela comunidade; b) por não serem vistas pela comunidade, deixam de ser reconhecidas como parte dela; c) por não serem reconhecidas como parte dela, a comunidade não demanda bens, direitos e serviços específicos que garantam acesso à participação das pessoas com deficiência; d) sem ter acesso a bens e serviços, não há como serem incluídas na sociedade; e) uma vez não sendo incluídas na sociedade, continuam invisíveis, alvo de constante discriminação. E assim se perpetua o ciclo vicioso. (BIELER, 2004)

Uma interpretação do sentimento de invisibilidade pública é apresentada por Fernando Braga ao estudar a relação de não reconhecimento que os transeuntes de uma universidade pública têm com os garis que ali trabalham.

“A invisibilidade pública é como estupro da alma (ninguém nos vê e, entretanto, sentimo-nos dissecados e ressecados pelos outros). [...] Sentir-se invisível, publicamente, é ter o sentimento de que estamos desfeitos, desfeitos interiormente

e profundamente vulneráveis, forçados em nossas janelas, quebrados em nossas trancas, arrombados em nossas portas.”  
(BRAGA, 2004:177)

### **Deslocando a deficiência do corpo individual**

A percepção de que a deficiência só será problematizada como questão social quando deixar de ser vista como um problema corporal individual, está na raiz dos questionamentos trazidos pelos atuais movimentos de defesa dos interesses de pessoas com deficiência. De maneira análoga à estratégia utilizada pelo sociólogo Herbert de Souza – o Betinho - na Campanha Contra a Fome e Pela Vida, de deslocar a fome do corpo dos famintos para colocá-la como um problema político concernente à toda a sociedade, estes movimentos sociais buscam deslocar a deficiência da esfera privada e individual para a esfera pública de interesse geral.

Isso exige uma mudança de mentalidade que vem se consolidando principalmente a partir do final dos anos oitenta, quando uma nova geração de pessoas com deficiência passou a utilizar a mesma estrutura de luta dos grupos minoritários - como os negros, as mulheres ou os homossexuais -, para redefinir sua postura. Em vários países, incluindo o Brasil, a marca desse movimento é o repúdio à institucionalização e segregação operados pelo modelo médico - que define deficiência como uma patologia fisiológica individual, e a defesa de um modelo de sociedade inclusiva.

Essa mudança de paradigma foi forjada, entre outras coisas, pela distinção entre *impairment* (invalidez física) e *disability* (invalidação social). Sendo a deficiência (*disability*) aquilo que a sociedade atribui simbolicamente aos indivíduos que apresentam algum tipo de incapacidade (*impairment*).

No modelo social, quem precisa ser reabilitada é a sociedade e não os indivíduos que destoa dos padrões de normalidade. Assim, as barreiras atitudinais (as tais barreiras invisíveis) tornam-se o alvo preferencial para a construção de um mundo que finalmente inclua o desejo das pessoas com deficiência.

Segundo Koltai (2004, p.93), “ [...] para que haja racismo verdadeiro [entendido como recusa ao outro], para além dos preconceitos pessoais e antipatias circunstanciais, é necessário um discurso que autorize a pulsão agressiva, nomeie o bode exploratório tornando-o inapto a qualquer identificação.”

Significa dizer que a invalidação social é feita de maneira sutil e constante, através da disseminação de discursos preconceituosos, de forma a dividir as pessoas até conseguir que a posição subjugada da ‘diferença deficiente’ seja incorporada e naturalizada por aqueles que mais são prejudicados por ela. A dominação pode ser vista como um empreendimento de poder. “A partir do momento em que ocorre o auto-reconhecimento dos sentidos de inferioridade, dependência e heteronomia por parte dos dominados em relação aos seus dominantes, pode-se afirmar o êxito do empreendimento” (MARQUES, 2002, p.7).

Numa atitude de resistência ao empreendimento de dominação, os novos movimentos das pessoas com deficiência redefiniram suas armas, elegendo a teoria e a arte para recontextualizar a luta por seus direitos e redefinir os discursos dos quais serão sujeitos. Novas narrativas e imagens são produzidas para confrontar as formas de assistencialismo, caridade e institucionalização que mantêm as pessoas na condição de pacientes crônicos, sem voz e sem direitos, na dependência de serviços que lucram com isso.

Mas o lucro financeiro não é a exploração mais importante. O pior é a discriminação no sentido de fixar as pessoas com deficiência no lugar de ‘outro maligno da normalidade’ protegendo assim a identidade padronizada. Foucault (1983) caracteriza o exercício do poder como o governo sobre as ações dos outros e sugere como um importante ponto de análise das relações as ‘práticas divisórias’, isto é, divisões entre doentes e são, loucos e lúcidos, criminosos e homens de bem. Essa compreensão tem sido desenvolvida por trabalhos que querem mostrar como a deficiência vem sendo construída pelo mecanismo do binarismo excludente onde uma metade fica no centro enquanto seu duplo é posto à margem.



## Quem quer se identificar com a deficiência?

Assumir uma postura de crítica social significou trazer a deficiência para o campo da política por meio da organização de bandeiras de luta que acabaram por congregiar pessoas no sentimento de pertencimento identitário semelhante a outros grupos minoritários.

Como já apontou-se em outros trabalhos (LACERDA, 2003, 2004a), definir os contornos de uma 'identidade deficiente' não é um empreendimento simples. Fora o risco comum a toda discussão de políticas de identidade que são a suposição de que todos os negros, todos os judeus, todos os homossexuais compartilham uma espécie de 'essência' da negritude, do judaísmo, da homossexualidade etc. a deficiência apresenta algumas peculiaridades extras.

A mais importante delas é o caráter de 'coisa' indesejada. Ou seja, ela é uma possibilidade que pode ocorrer com qualquer um, mas ninguém quer. Isso fica claro à medida que mesmo os militantes mais aguerridos confessam sua tentação quando vêm divulgados avanços médico-tecnológicos que acenam com a promessa de 'cura'.

Podemos dizer que o caráter indesejável da deficiência também não é algo 'natural' e sua representação difere bastante no tempo e em cada sociedade. Davis (1995), Edward (1997) e Barnes (1998) são alguns dos autores que - inspirados em trabalhos como os de Canguilhem e Foucault - têm ajudado a demonstrar que na emergência histórica do duplo normal-anormal, o anormal cumpre a função de delimitar e sustentar a normalidade como completa e superior. Assim, a deficiência é projetada como um pesadelo, de forma a trazer uma sensação de alívio e bem estar a quem se sente normal.

Para desconstruir o lado que afasta o interesse das pessoas, em geral, das causas deficientes pelo medo de se identificar com algo indesejável, o movimento Disability costuma insistir que ser uma pessoa com deficiência (p.c.d.) não é necessariamente ruim, o ruim é ser discriminado, subjugado, barrado nas escolas, nos empregos, pela arquitetura etc.

Vem daí um duplo esforço: mostrar a forma injusta com que as pessoas com deficiência vêm sendo tratadas ao longo da história, sem reforçar o estereótipo de vítima, de coitado, que marca a barreira normal/

anormal. A reinvenção cultural da deficiência pode ser exemplificada com a descrição de Simi Linton sobre a ‘saída do armário’<sup>5</sup>, das pessoas com deficiência.

Nós saímos às ruas não com aquelas cobertas de lã marrons sobre nossas pernas murchas, ou com óculos escuros sobre nossos olhos pálidos, mas em shorts e sandálias, em casacos e ternos, vestidos para participar e trabalhar – diretos, sem máscara e sem apologias. [...] E não foram só os bem torneados atletas em cadeira de rodas que são vistos nos anúncios de televisão, mas também os mal encarados, os atarracados, os encrespados e os turbulentos dentre nós, declarando que a vergonha não vai mais estruturar nossos guarda-roupas e nossos discursos. Nós estamos em todos os lugares atualmente, rodando e deslizando pelas ruas, tateando com nossas bengalas, aspirando nossos tubos de respirar, seguindo nossos cães-guias, impulsionando nossas cadeiras motorizadas. Nós podemos babar, ouvir vozes, pronunciar sílabas em staccato, usar cateteres coletores de urina, ou viver com um sistema imunológico comprometido. Nós acabamos nos juntando, não pela lista dos nossos sintomas coletivos, mas por circunstâncias sociais e políticas que nos forjaram como um grupo. Nós descobrimos uns aos outros e descobrimos vozes para expressar não desespero pelo nosso destino, mas nossa indignação com a nossa posição social. Nossos sintomas, algumas vezes dolorosos, assustadores, desagradáveis ou difíceis de lidar, são partes do nosso dia a dia. Eles existem e têm existido em todas as comunidades através do tempo. O que nos revolta são as estratégias usadas para nos privar de direitos, oportunidades e da busca de prazer. (LINTON, apud RAMIREZ, 1997, p.7)

Como podemos ver, o que dá o tom a esse discurso indignado é a afirmação de desejo e possibilidades que não devem ser confundidos com o que Robert Huges (1993), referindo-se à onda do politicamente correto das políticas multiculturalistas, chama de Cultura da Reclamação.

Não se trata de pedir reparações a partir do papel de vítima. Ao contrário, trata-se de recusar o lugar do coitadinho que não tem aspirações nem força de ação. Trata-se também de recusar a incapacidade sem

negar a condição concreta da deficiência. Isso significa, num primeiro momento, afirmar a diferença da condição deficiente pensando que ela é uma posição privilegiada para narrar experiências e redefinir valores. Esses valores conformam visões de mundo que aproximam pessoas com e sem deficiência num movimento que cria laços identitários e subjetividades políticas, que não querem formar gueto mas também não querem compactuar com as condições que mantêm seu lugar de duplo fantasmagórico da normalidade. De novo a tensão em afirmar a diferença e apagar a diferença aparece.

As perguntas que se colocam são: como romper com os limites que separam anormais de normais, sem o reconhecimento de que há historicamente uma inclusão subjugada dos primeiros? Como transformar o lugar social das pessoas com deficiência a um ponto que essa problemática possa desaparecer no mar das diversidades humanas? Como desarmar os mecanismos de dominação e controle que vêm sendo montados desde os fins do século XVIII e início do século XIX, com o ‘nascimento técnico institucional da cegueira, da surdo-mudez, dos imbecis, dos retardados, dos nervosos, dos desequilibrados’ (FOUCAULT, 2002, p.416)? Como romper os laços que atam fortemente deficiência e pobreza, deficiência e vergonha, deficiência e baixa escolaridade, deficiência e comiseração? Como fazer isso num momento em que as desigualdades se acirram, a concentração de recursos aumenta, e as práticas de extermínio ganham força?

### **Operando pela linguagem (com e sem anestesia)**

Um trabalho interessante sobre essas questões é o de Rose Galvin (2003) que propõe uma análise lingüística da marginalização da identidade deficiente. Seu ponto de partida é a hipótese de que as experiências de ‘dirupção biográfica,’ por que passam aqueles que se tornam deficientes, tem a ver com as terríveis representações da deficiência que estão disponíveis nas nossas sociedades. Dessa forma, ela se dispõe a analisar como nossos discursos veiculam esse tipo de idéia e como é possível subverter tais conotações negativas.

A construção discursiva das identidades tem sido objeto de uma série de trabalhos (MOITA LOPES, 2002 e 2003; HALL, 2003; FAIRCLAUGH, 2001) que, alinhados com uma concepção de linguagem como prática social - que não representa mas constrói a realidade -, vêm fornecendo pistas de que o que falamos, ouvimos e pensamos não são meras abstrações, mas atos cujos efeitos são bastante concretos. Se os sentidos dos nossos atos são construídos discursivamente, as transformações sociais têm aí um solo fértil para florescer, pois, mesmo que nem todos os objetos sejam feitos de palavras, só podemos pensar qualquer objeto dentro da linguagem. Dessa forma, os discursos têm influência na materialidade do corpo, por exemplo: através da construção de regras de conduta destes corpos (regras de prisão, intervenção médica, regulação da sexualidade, etc.); através da classificação e hierarquização dos tipos de corpo de acordo com determinados padrões (feio e bonitos, aptos e não aptos, saudáveis e doentes) e da interiorização dessas classificações que são literalmente incorporadas pelos sujeitos (como lordose, fruto da cabeça baixa dos envergonhados, como bocas banguelas fruto da ignorância e abandono dos miseráveis, e por aí a fora).

Gavin faz uma aproximação entre Saussure e Foucault, ressaltando do primeiro a 'descoberta' de que não há nenhuma conexão inerente entre a palavra (significante) e o que ela nomeia - seu sentido (significado). As palavras se ligam aos seus sentidos através de uma série de associações autorizadas culturalmente. A repetição tem um papel importante na fixação dos conceitos a que somos remetidos quando certas palavras são ditas ou escritas. A analogia do jogo de xadrez utilizado por Saussure ajuda a entender a relação significado-significante: se uma das peças do jogo se perde, ela pode ser substituída por outra de forma diferente, desde que, a substituta assuma o valor (função) da que sumiu, de acordo com a regra do jogo.

Mudar o nome das coisas sem alterar o conceito que elas evocam é insuficiente para fazer face a práticas opressivas. É o que acontece com os manuais de linguagem politicamente correta quando não confrontam a historicidade das palavras, apenas mudando as etiquetas dos conceitos. A forma como são rotuladas as pessoas com deficiência vão se sucedendo, mas o estigma impregna todas elas:

retardado, débil mental, mongolóide, deficiente mental, deficiente intelectual, etc.

Além disso, o discurso tem suas condições de possibilidade, não é qualquer idéia que pode ser dita a qualquer hora por qualquer pessoa. Assim, ele é visto não como um meio para disputar o poder, mas como o próprio objeto de disputa. O que é impensável é impronunciável, o impronunciável é invisível, o invisível é tido como inexistente.

Nessa disputa, uma estratégia de manutenção muito utilizada é a desqualificação daqueles que querem afrontar a ordem estabelecida.

Quando as pessoas que são classificadas como ‘outro’ elevam a voz para fazer objeções às suas classificações, são tomadas por levemente loucas. Ou seja, a categoria de louco pode recair sobre qualquer um que atente contra o discurso dominante (YOUNG 1990 apud GAVIN 2003, p.7).

Então, como se muda o sentido atribuído historicamente às palavras e às coisas? A validação de novos discursos depende de condições de reconhecimento alheio ao grupo marginalizado. É preciso procurar as condições de possibilidade fora dos discursos. No caso da ‘reinvenção da deficiência’, alguns aspectos que ajudam são:

a) as conquistas jurídicas das políticas de minoria que possibilitaram uma ruptura no modelo médico-jurídico da deficiência, circunscrevendo suas questões no bojo dos direitos humanos;

b) a militância de veteranos de guerra (deficientes-heróis) por direitos das pessoas com deficiência;

c) a militância de celebridades que sofrem acidentes e se tornam deficientes;

d) a maior visibilidade – em novelas, documentários, campanhas publicitárias - de pessoas com deficiência que produzem e são ativas, desafiando estereótipos, etc.

Considerando que as verdades são desse mundo, que os sentidos são contingentes e que a linguagem existe à medida que é usada, podemos ver que há várias possibilidades de pôr em movimento aquilo que parece fixo. Nunca é demais lembrar que esses empreendimentos não são banais e que a historicidade dá lastro aos discursos e os tornam objetos bastante consistentes.

Seguindo com Gavin (2003) podemos identificar alguns movimentos de construção de contra-discursos utilizados no contexto dos direitos deficientes nos Estados Unidos da América, mas que em épocas de mundialização têm seus ecos entre nós:

*Movimento 1-* Reconhecer e recusar os estereótipos que ajudam a posicionar as pessoas como fracas, sem capacidade de ação ou responsabilidade. O discurso médico, que impregna também o discurso educacional, atribui conotações negativas à deficiência com o uso de expressões como ‘sofre de paralisia cerebral’, ‘vítima de síndrome de Down’, ‘doença da surdez’, além de tratar as pessoas por ‘pacientes’ ou ‘casos’. Além disso, autoriza essencializações do tipo ‘o deficiente’, ‘o cego’, ‘o surdo’ que tomam a pessoa toda por um de seus atributos. Uma ação que vem tentando combater esse tipo de depreciação é a construção de manuais para a mídia<sup>6</sup> que informam os órgãos de imprensa produtores dos discursos de massa sobre os conceitos que regem o modelo social.

*Movimento 2-* Em face da estratégia de dominação via silenciamento das versões dos fatos narrados a partir da posição subordinada, recomenda-se a auto-advocacia<sup>7</sup> e a produção de narrativas a partir da experiência da deficiência. Essas narrativas, embora tenham um caráter pessoal que porta o risco de uma individualização contrária ao modelo social, são importantes formas de expressão e ricas fontes de análise que ajudam a ver até que ponto cada caso não é um caso. O protagonismo coloca em questão tanto a representação tutorada quanto as formas de autoneoimar impostas. Sobre a representação, o slogan ‘nada sobre nós sem nós’ que dá título ao livro de Charlton (2000) fala por si mesmo. Sobre a nomeação, Althusser (1971) cunha o termo ‘interpelação’ para dizer da prática de subjetivação contida na forma como as pessoas são chamadas. Quando te chamam de algo e você se vira para responder significa que você reconhece que aquele chamado lhe foi endereçado. Esse reconhecer-se na interpelação conecta a pessoa ao nome.

Por mais que a posição de sujeito ‘pessoa com deficiência’ continue sendo contestada, ela é o porto provisório daqueles que discordam tanto dos eufemismos do tipo ‘portador de necessidades especiais’, ‘pessoa especial’, ‘pessoa fisicamente desafiada’, etc. quanto dos termos mais

duros como ‘deficiente’, ‘anormal’, ‘aleijado’, etc. A alegação é de que reconhecer-se como pessoa com deficiência implica colocar a pessoa em primeiro plano sem negar a identidade deficiente.

*Movimento 3-* A criação de metáforas é uma outra forma de subverter a linguagem corrente, à medida que faz deslizar as associações e subverter a fixação de conotações pejorativas. A metáfora é uma forma de sacudir os discursos para produzir novos sons. Assim, procurando vaga nos interstícios da língua hegemônica, produzem-se novas idéias. Já tratou-se das inconveniências da invisibilidade, mas ela também tem suas conveniências, pois aquilo que não se nomeia também não se analisa. Dessa forma, os movimentos negros passaram a cunhar a idéia de ‘branquidade’ para problematizá-la como esconderijo de alguns racistas, o movimento deficiente cunhou as expressões ‘não-deficiente’ e ‘dito normal’ para explicitar o seu duplo como uma categoria e não como um dado da natureza humana. À medida que essas palavras são pronunciadas, elas invertem a posição de centro e margem. Quando quem nomeia o branco é seu ‘outro’, significa que ele está em posição de interpelar, ele tomou a palavra e conseguiu se fazer ouvir. O efeito colateral dessa ação é reforçar os limites estabelecidos pelas práticas divisórias e continuar preso na posição de duplo. Quando as pessoas com deficiência dizem ‘os ditos normais’ estão nomeando e ao mesmo tempo contestando o estatuto de normalidade.

E assim chegamos também ao eficientismo. Denunciar um gesto racista/sexista/eficientista, é usar o espelho de Perseu contra Medusa<sup>8</sup>, é negar-se a compactuar com determinada posição subjetiva e devolver a carga de menosprezo a quem tentou fazê-la circular.

Outra forma de subversão discursiva é assumir o lugar oferecido mas ocupá-lo de um outro modo. Assumir a homossexualidade com orgulho, assumir a negritude como valor, assumir o gênero feminino como poder (gay pride, black is beautiful e women’s power). Queer é um desses exemplos, que a princípio era utilizada para desqualificar homossexuais masculinos e acabou sendo assumido pelos estudiosos do tema que batizaram sua corrente de estudos como teoria queer. Da mesma forma, a cultura surda subverteu o vocábulo ao assumi-lo com S maiúsculo, Surdo, e recheá-lo de afirmações de valorização dessa condição, da beleza da

língua de sinais, etc. Assumir-se como pessoa com deficiência é também uma operação desse tipo, de revestir de resiliência e força uma posição construída como lugar de falta de eficiência.

### **Tornar dizível para transformar**

Nomear os eficientismos é uma forma de coibir atitudes discriminatórias que, no caso brasileiro, constam do código penal como crime. Mas ao mesmo tempo é arriscar-se a um confronto que nem sempre é simbolicamente vantajoso. Um dos riscos é ser capturado pelas práticas divisórias que operam no interior dos grupos minoritários que separam as pessoas entre os que ‘reclamam demais’ e os que cooperam, depreciando os primeiros e reservando aos cooperativos lugar no hall dos ‘bons deficientes’. A denúncia pode atrair toda sorte de acirramento das posições que em vez de liberar novas posições de sujeito podem ajudar a fixar os reclamantes na tal ‘cultura da reclamação’ com todos os estereótipos de insucesso individual a ela associados. Talvez por isso, mesmo entre os representantes do movimento dos direitos deficientes, há discordâncias sobre a proposital aproximação de racismo, sexismo e eficientismo.

O problema que as pessoas com deficiência enfrentam em relação às pessoas não-deficientes é diferente do problema que os negros e as pessoas de minorias étnicas enfrentam em relação aos brancos. As pessoas sem deficiência são ignorantes sobre a deficiência, eles são condescendentes com as pessoas com deficiência, e eles pensam firmemente que deficiência significa que não podemos fazer nada. Nós freqüentemente esbarramos com curiosidade e zombaria, e às vezes, pessoas com deficiência também sofrem violência e abuso. Mas isso não faz o deficientismo [disablism] equivalente ao racismo. (SHAKESPEARE, 2004)

O argumento de que o comportamento preconceituoso é causado muito mais por ignorância das potencialidades das pessoas com deficiência do que propriamente por uma crença na sua inferioridade,



também atravessa a justificativa das campanhas publicitárias e marketing social a respeito das pessoas com deficiência no Brasil. É como se houvesse uma contradição entre querer extirpar as atitudes preconceituosas através da intolerância com os preconceituosos. Assim se propaga o enunciado de que o grande problema que configura o imaginário social brasileiro sobre a deficiência é a desinformação, e que a melhor forma de acabar com isso seria a inserção na mídia de pessoas e personagens com deficiência que sejam capazes e ativos. Seja pelo clima de impunidade, seja pela crença nas virtudes da cordialidade ou outra razão cultural, parece que o caminho da denúncia não é o visto como o mais ajustado ao *modus operandi* da brasilidade. É interessante notar que há aí um paralelo com as técnicas utilizadas no início do século junto aos desviantes, isto é, a compreensão de que a punição podia ser menos eficaz do que as práticas disciplinares, tais como as técnicas pedagógicas. A novidade é que os ‘indivíduos a corrigir’ passam a ser os que discriminam os ‘anormais’.

### **E o que a educação tem com isso?**

A visão das pessoas com deficiência como incapazes de participar e narrar suas próprias experiências tem afetado a construção de conhecimento sobre o tema. Tem sido muito mais comum ver estudos sobre a representação que pais, professores, médicos, irmãos têm, do que ver as próprias pessoas com deficiência como fonte das pesquisas a seu respeito. Com relação à infância, isso se agrava uma vez que apenas recentemente a questão da criança, vista como alteridade, tem sido problematizada.

Alguns autores dos Disability Studies têm desafiado este tabu. Como exemplo, podemos citar o estudo realizado com crianças com deficiência entre 7 e 15 anos, na Inglaterra e Escócia (BARNES, 2000), sobre seus processos de escolarização. Ao todo, cerca de 60 crianças, com diferentes quadros, foram ouvidas em escolas especiais e inclusivas. Os principais achados reforçam a idéia de que os comportamentos zombeteiros e agressões com base no preconceito são as barreiras que comprometem o desejo de ir para a escola, comprometendo a relação dos alunos consigo mesmos e com o saber.

[...] o bullying é um tema central quando crianças com deficiência falam de suas vidas. Frequentemente ele é citado como a razão para que os alunos se mudassem de uma escola inclusive para uma escola especial. Entretanto, também se observa sua ocorrência nos ambientes das escolas especiais. (BARNES, 2000).

### Segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA):

O termo BULLYING compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia e executadas dentro de uma relação desigual de poder. Portanto, os atos repetidos entre iguais (estudantes) e o desequilíbrio de poder são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima (LOPES NETO e SAAVEDRA, 2003).

Como podemos perceber, bullying é outra metáfora ou artefato-discursivo que nomeia um fenômeno corrente em muitas escolas e que não era visto como problema. Mas o agravamento de manifestações de violência nos ambientes escolares inspirou pesquisas que se depararam com comportamentos agressivos, ‘gozação’, ‘apelidos constrangedores’ e uma série de intimidações que geravam medo, desinteresse, depressão e alguns casos extremos - morte. Uma história paradigmática ocorreu em Columbine, nos Estados Unidos, quando dois estudantes vítima de bullying fizeram uma chacina na escola e depois se suicidaram<sup>9</sup>.

A pesquisa realizada no Brasil pela ABRAPIA apontou os seguintes comportamentos como característicos de bullying: apelar, agredir, difamar, ameaçar, pegar/quebrar pertences, excluir, etc. (LOPES NETO e SAAVEDRA, 2003). Ele é, portanto, o nome genérico para os preconceitos raciais, sexuais, étnicos que são veiculados nas relações entre pares e ignorados pelos que representam o lugar da autoridade institucional. De novo as fronteiras entre uma brincadeira que pode passar em branco e algo que merece a intervenção do professor ou outro adulto não são

seguras. Mesmo assim, há que se considerar que o efeito de impunidade a essas pequenas covardias cria um caldo cultural corrosivo para as relações de alteridade que deságua em descrédito da capacidade mediadora das autoridades escolares.

Um outro aspecto, já bastante descrito no ambiente escolar e que se cruza com o eficientismo, é a chamada profecia auto-realizadora, isto é, prognósticos que o professor lança a respeito do processo de desenvolvimento de seu aluno com base em expectativas que não observam suas potencialidades. “Pesquisas sobre relações entre expectativas de professores e desempenho de alunos evidenciam que as predições ou profecias sobre fracasso e sucesso se cumprem de fato: os alunos aprendem mais quando os seus professores apostam e investem nessa possibilidade.” (ROSENTHAL e JACOBSON, 1981).

Os estereótipos de bons e maus alunos acabam ajudando a internalizar a crença de quem vai fracassar e quem vai ser bem sucedido. O aluno de quem pouco se espera se sente desestimulado e rejeitado no seu processo de aprendizagem e nas interações em sala de aula. Curioso notar como o modelo médico - de diagnóstico e prognóstico - está impregnado no discurso pedagógico, como se fosse possível dizer a priori como cada aluno vai se desenvolver.

Na pesquisa que tenho realizado sobre trajetórias escolares de alunos com deficiência, (LACERDA, 2004b) está patente que em algum momento da carreira escolar se coloca a tal barreira da falta de confiança dos professores nas suas possibilidades. Nesses momentos, independente do tipo de deficiência, cegos, surdos ou paralisados cerebrais, há um impasse e se esses alunos não encontram apoio em algum ponto fora da relação com o aquele que profetiza seu fracasso para desafiar essas fatalidades, a promessa se realiza. Eficientismo? Provavelmente, mas seguindo a tradição brasileira, digamos que seja ignorância. Mas ignorância do quê? Que tipo de saber poderia revogar essas expectativas que se constituem como sentenças de morte escolar para pessoas que não têm, muitas vezes, opções de trabalho de baixa escolaridade?

Um caminho é a divulgação de casos de pessoas com deficiência, bem sucedidos nos estudos, que possam desestabilizar o discurso de que deficiência é sinônimo de incapacidade. Atualizar os alunos, pais e professores sobre as possibilidades de pessoas com

deficiência, difundindo casos como o de Pablo Ferrer, universitário espanhol com síndrome de Down; falar da existência de mestres e doutores com paralisia cerebral inclusive no Brasil; mostrar que os cegos não são apenas bons músicos mas também bons juizes, bons professores, bons administradores e demonstrar que no mundo inteiro cada dia mais alunos com deficiência se recusam a carregar fardos de fracasso como se fosse uma sina.

Outro saber que pode se infiltrar nos nossos racismos travestidos de ignorância é a nomeação das tais barreiras invisíveis no ato onde elas ocorrem. Para isso, as metáforas, deslocamentos e subversões da linguagem corrente podem ajudar a tornar dizíveis as pequenezas que vivem sobre a grama verde das assimetrias naturalizadas. Quem sabe a consciência do próprio efficientismo possa ajudar pais, professores e colegas a se livrarem desses fragmentos de si mesmos que os fixam a discursos hegemônicos que conferem ao preconceito estatuto de verdade?

Recebido em 24 de out/2005 e aceito em 24 de nov/2005.

## Notas

\* Psicóloga, Mestre em Educação Brasileira e Doutoranda em Educação pela PUC-Rio com apoio da FAPERJ – patricia.innova@uol.com.br

<sup>1</sup> <http://www.timetogetequal.org.uk/>

<sup>2</sup> Em termos psicanalíticos, o ódio ao outro também é acompanhado de fascínio pelo outro, assim como o estranho tem sempre algo de familiar. Segundo Koltai (2004:92)

“o pavor face ao estrangeiro é ao mesmo tempo um fascínio. Objeto identificatório e contra-identificatório, o sujeito nunca permanece indiferente perante o estrangeiro, até porque pe como se tivesse de fazer existir fora de si algo que lhe é interior. E se o Outro fosse eu mesmo?”

<sup>3</sup> O curioso sobre a palavra deficientismo é que ela nomeia um movimento artístico fundado na Itália por cinco jovens com deficiência: Alberto, Daniele, Alessandro, Marco e Mauro, quando, no Natal de 1995 oficializaram o grupo através de um juramento de permanecerem deficientes a qualquer custo e por toda a vida. O mote do grupo é a construção de um mundo melhor e mais deficiente.

<sup>4</sup> As traduções deste texto são de minha responsabilidade.

<sup>5</sup> To Come Out é um termo cunhado no movimento homossexual estadunidense, traduzido entre nós como Sair do armário, que significa sumir as publicamente sua orientação sexual. Essa estratégia tem sido fundamental para dar visibilidade ao movimento.

<sup>6</sup> Ver [www.escoladegente.org.br](http://www.escoladegente.org.br) que coordena o projeto Mídia Legal e produz manuais de mídia.

<sup>7</sup> Defesa de interesses realizada pela própria pessoa ou grupo reclamante (NEVES e MENDES, 2001)

<sup>8</sup> Na Mitologia Grega, Medusa é um monstro terrível: sua cabeleira formada por serpentes embaraçadas, seus dentes compridos e sua língua pendente dão-lhe aspecto assustador. Mas, além disso, há coisa muito pior: o olhar de Medusa transforma em pedra todos os que têm a audácia ou a imprudência de olhá-la. Quem conseguiu enfrentá-la foi Perseu, filho de Dânae e Zeus, que com a ajuda de Atena, usou um espelho de bronze para ver a imagem de Medusa sem olhá-la diretamente e assim conseguiu decapitá-la.

<sup>9</sup> O documentário sobre este episódio ganhou o Oscar em 2002. Mais informações em <http://www.bowlingforcolumbine.com/>

## Referências bibliográficas

AGÊNCIA ESTADO – **IBGE**: deficientes precisam ser pesquisados acessível em [http://www.atarde.com.br/plantao/index.php?id\\_plantao=181009&dt\\_exibicao=2005-09-19](http://www.atarde.com.br/plantao/index.php?id_plantao=181009&dt_exibicao=2005-09-19)

ALMEIDA PRADO, Adriana - **Ambientes Acessíveis**- Publicado no documento sobre o Primeiro Seminário Nacional “A Pessoa Portadora de Deficiência no Mundo do Trabalho”, CORDE, nov. 97

ALTHUSSER – **Lenin and Philosophy, and other Essays** – London – New Left Books, 1971.

BARNES, Colin – **Review of ‘The Rejected Body’ by Susan Wendell**. Disability and Society – 1998. [http://www.afb.org/dsq/\\_articles\\_html/2003/Spring/dsq\\_2003\\_Spring/dsq\\_Spring\\_14.html](http://www.afb.org/dsq/_articles_html/2003/Spring/dsq_2003_Spring/dsq_Spring_14.html). Acesso 13 de maio de 2004.

BARNES at alli – **Life as a disable child**: A Qualitative Study of Young Peoples Experiences and Perspectives - Disability Research Unit, University of Leeds – 2000 <http://www.hull.ac.uk/children5to16programme/details/shakespeare.htm> - acesso 10/05/2003.

BIELER, Rosangela (coord.) - **Desarrollo Inclusivo**: Un aporte universal desde la discapacidad – Equipo de Discapacidad y Desarrollo Inclusivo, Región de Latinoamérica y El Caribe, Banco Mundial.

CHARLTON, James – **Nothing about us without us**: disability oppression and empowerment - Univ of California Press – 2000.

EUROPEAN DISABILITY FORUM ISSUES, COMPREHENSIVE REPORT ON DEVELOPMENT COOPERATION. Acessível em [www.disabilityworld.org](http://www.disabilityworld.org), # 20 - septiembre-octubre del 2003.

FAIRCLOUGH, Norman – Discurso e Mudança Social – Editora UnB – Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso** – Edições Loyola - São Paulo, 1971/ Edição brasileira - 1996.

\_\_\_\_\_. Sobre a genealogia da ética. Uma revisão do trabalho. In: Rabinow, Paul; Dreyfus, Hubert. FOUCAULT MICHEL. **Uma trajetória filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**. São Paulo : Martins Fontes, 2001.

FRASER, Nancy – Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era pós-socialista – in J. Souza (org.) **Democracia Hoje**: Novos Desafios para a Teoria Democrática Contemporânea, Brasília – UnB, 2001.

HALL, Stuart- Stuart Hall por Stuart Hall: a formação de um intelectual diaspórico – Im: LIV SOVIK. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais – (org) – Belo Horizonte – Editora UFMG, Brasília : Representação da Unesco no Brasil, 2003.

GAVIN, Rose – **The Making of the Disabled Identity**: A Linguistic Analysis of Marginalisation - Disability Studies Quarterly – 23, n. 2, págs 149-178 - Society for Disability Studies - spring 2003 – www.cds.hawaii.edu/dsq .

MILLER at all – **Disablism**: How to tackle the last prejudice – London – Demos, 2004. Acessível em - <http://www.demos.co.uk/uploadstore/docs/disablism.htm>

JOHN, Liana – **Uma entrevista com um Down Universitário** – VI Congresso Mundial de Síndrome de Down – 1996 – Disponível em <http://www.ecof.org.br/destaques/down/jovens/pablo.htm> - acesso em 10/07/2004.

LACERDA, Patrícia – **O pior entre os iguais** – portadores de necessidades especiais frente às políticas de reconhecimento – 26ª reunião da ANPED – Cd Rom, 2003.

\_\_\_\_\_. **O olho invisível que nos vê**: a narração da sociedade a partir da experiência da deficiência – CD Rom do I Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação. Rio Grande do Sul, 2004 a.

\_\_\_\_\_. – **A construção discursiva de identidade de brasileiros(as) com deficiência nos seus processos de escolarização** – Projeto de Tese de doutorado submetido à qualificação - PUC-Rio, 2004 b.

LINTON, Simi – **Claiming Disability: Knowledge and Identity** – New York : University Press, 1998.

LOPES NETO e SAAVEDRA. **Diga Não para o Bullying**. Rio de Janeiro: Abrapia, 2003.

MEDEIROS, Marcelo - **Presentación sobre Pobreza, Desarrollo y Discapacidad, , Taller Alianzas para el Desarrollo Inclusivo**. Banco Mundial, Nicaragua, 2005.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Discursos de Identidades**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

NEVES, Tânia e MENDES, Enicéia – **Movimentos Sociais e a Auto-Advocacia: Analisando a Participação de Pessoas com Deficiência Mental** – trabalho apresentado na 24ª Reunião anual da ANPEd – Cd-Rom – 2001.

RAMIREZ, Anthony - **Disability as Field of Study?**. New York Times, December -21, 1997.

ROSENTHAL, R. e JACOBSON, L. “Profecias auto-realizadores em sala de aula: as expectativas dos professores como determinantes não intencionais da capacidade intelectual dos alunos”. In: PATTO, M.H.S.(org.) **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo: T.A.Queiroz, 2ª reimpressão. P.258-295, 1989.

SKLIAR, Carlos. **Y si el outro no estuviera ahí?**. Notas para una pedagogía improbable de la diferencia. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2002.

\_\_\_\_\_. A materialidade da morte e o eufemismo da tolerância. Duas faces, dentre as milhões de faces desse monstro (humano) chamado racismo – In GALLO, Silvio e SOUZA, Maria Regina (orgs.) **Educação do Preconceito: ensaios sobre poder e resistência**. Campinas SP: Editora Alínea, 2004.

SHAKESPEARE, Tom. **Coluna OUCH!**. setembro de 2004 - [http://www.bbc.co.uk/ouch/columnists/tom/060904\\_index.shtml](http://www.bbc.co.uk/ouch/columnists/tom/060904_index.shtml)

**Abstract:** Last year, an English campaign was raised in order to make citizens understand and face the prejudice against disabled people. A great variety of strategies was used and among them, a position paper entitled 'Disablism: How to tackle the last prejudice'. Disablism is defined as - discriminatory, oppressive or abusive behavior arising from the belief that disabled people are inferior to others. (although you won't find a definition in a dictionary). My intention in this article to is explore arguments based on the believe that discourse functions as a way to stigmatize and also to subvert internalized oppression. For doing this I focus the connections between language and educational practices, considering some tracks of Brazilian culture.

**Keywords:** disabled people; prejudice; discourse.